



## SOCIEDADE

# Presos aliciadores de atos violentos na web

Operação policial desbarata quadrilha que incentivava crianças e adolescentes a suicídios, automutilações e maus-tratos a animais

» VANILSON OLIVEIRA

Uma operação coordenada pela Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima da Polícia Civil do Rio de Janeiro (DCAV-RJ) desarticulou, ontem, uma rede criminosa, de atuação nacional, voltada à prática de crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes. A quadrilha atuava em plataformas como Discord e Telegram, e incentivava atos violentos, como suicídio e automutilação. Além disso, compartilhava pornografia infantil, publicava vídeos com maus-tratos a animais e incitava o cometimento de crimes de ódio.

Dois homens foram presos — os nomes não foram divulgados — e sete menores apreendidos. A Operação Adolescência Segura cumpriu 20 mandados em sete estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul), com o apoio do CyberLab da Secretaria Nacional de Segurança, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e duas agências do governo norte-americano.

As investigações começaram em 18 de fevereiro, quando um adolescente ateou fogo em um homem em situação de rua, utilizando coquetéis molotov, enquanto um adulto transmitia o crime em uma live. O caso ocorreu no bairro da Pechincha, na Zona Oeste da capital fluminense. O agressor foi apreendido e o responsável pela filmagem, preso. O ataque foi testemunhado por, aproximadamente, 200 pessoas que estavam conectadas.

Segundo os agentes da DCAV-RJ, a partir desse crime foi possível identificar a existência de uma organização criminosa digital, responsável pela prática de crimes como tentativa de homicídio,

indução e instigação ao suicídio, apologia ao nazismo e armazenamento e distribuição de pornografia infantil. As ações eram planejadas e discutidas em servidores criptografados, com linguagem própria e incentivo aos participantes à conduta criminosa.

Segundo a Polícia Civil do Rio de Janeiro, a quadrilha utilizava “mecanismos de manipulação psicológica e aliciamento de vítimas em idade escolar, em um cenário de extremo risco à integridade física e mental de crianças e adolescentes”. O grupo tinha como alvo o público infantojuvenil. Os adolescentes eram aliciados e submetidos à manipulação psicológica, muitas vezes com a promessa de reconhecimento dentro dos círculos do grupo — inclusive, por meio de recompensas.

Os crimes imputados aos envolvidos incluem associação criminosa (art. 288 do Código Penal), indução ou instigação à automutilação e ao suicídio, maus-tratos a animais e apologia ao nazismo. A pena combinada pode ultrapassar 10 anos de prisão, dependendo da gravidade e da participação individual de cada acusado.

Apesar de ter sido desfechada por conta de um episódio criminoso em fevereiro, a operação ocorreu no momento em que se discute a adoção de efeitos práticos com a morte da menina Sarah Raissa Pereira, de oito anos. Moradora de Ceilândia, a Polícia Civil do Distrito Federal apura se a criança foi vítima do chamado “desafio do desodorante” — uma prática criminosa que circula nas redes sociais e consiste em induzir a inalação de aerossol até a perda de consciência. A 15ª Delegacia instaurou inquérito para apurar as circunstâncias da morte.

Reprodução/Redes sociais



Objetos usados pelos suspeitos nas transmissões. Investigação veio após imolação de um homem, no Rio



(A quadrilha utilizava mecanismos de manipulação psicológica e aliciamento de vítimas em idade escolar, em um cenário de extremo risco à integridade física e mental de crianças e adolescentes”

Trecho da nota da Polícia Civil fluminense sobre o grupo criminoso, de atuação nacional e que tinha como alvo o aliciamento de menores

## Brutalidade na escola triplica em 10 anos

» ALÍCIA BERNARDES\*

Levantamento realizado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) mostra que a violência escolar no Brasil mais do que triplicou entre 2013 e 2023. O levantamento aponta para um avanço preocupante de casos de agressões interpessoais, bullying, automutilações e ataques letais dentro e nos arredores das instituições de ensino. Para especialistas, o fenômeno tem fatores como a desvalorização do magistério, a fragilidade das políticas educacionais e o avanço de discursos de ódio.

O Ministério da Educação (MEC) classifica a violência nas escolas de quatro formas: ataques extremos e letais, agressões interpessoais, bullying e violência institucional — práticas excludentes no conteúdo pedagógico e no dia a dia escolar, como o apagamento de temas ligados à diversidade. Além disso, a presença do tráfico, assaltos e tiros no entorno das instituições de ensino também reforça a sensação de insegurança da comunidade escolar.

Em 2013, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) registrou 3,7 mil casos de violência interpessoal

em escolas. Em 2023, esse número saltou para 13,1 mil. Chama atenção o crescimento da violência autoprovocada: foram 2,2 mil ocorrências, que incluem automutilações, tentativas e ideação suicida — aumentou 95 vezes.

A Pesquisa Nacional de Saúde de do Escolar (PeNSE) frisa que 40,5% dos alunos relataram ter sofrido bullying, em 2019 — em 2009, esse índice era de 30,9%. “O radicalismo político e a relativização da violência por autoridades públicas contribuíram para tornar agressões mais comuns e aceitas”, alerta o economista Daniel Cerqueira, do

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Outro problema é o descompasso entre a realidade dos alunos e a percepção das gestões escolares. Pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira mostra que 40% das escolas não registram qualquer tipo de violência. Para o psicólogo João Galvão Bacchetto, do Inep, isso indica desconhecimento sobre como reconhecer situações de conflito.

“A violência também é uma questão de percepção. Muitas escolas não sabem como reconhecer-la”, avalia.

## »cb.poder | MARIVALDO PEREIRA | SECRETÁRIO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### “É importante discutir a regulação das redes”

» FERNANDA GHAZALI\*

Para o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira, liberdade de expressão nos meios online não representam ameaça à vida, à democracia e nem incentiva a prática de crimes. Leia a seguir os principais trechos da entrevista aos jornalistas Adriana Bernardes e Ronayre Nunes, no CB Poder — uma parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília — de ontem.

**Um assunto que chocou o Distrito Federal e teve repercussão nacional: a morte da pequena Sarah Raissa, de oito anos, que morreu fazendo um desafio da internet de inalar spray desodorante. O Ministério da Justiça tem alguma medida de controle dessas plataformas para que casos como esse, e outros crimes do meio online, não ocorram?**

Existem duas frentes operacionais que atuam constantemente,

investigando e combatendo esse tipo de crime. Uma delas é, na Polícia Federal, uma diretoria que cuida de cibercrimes. A outra é a Diretoria de Operações Integradas, da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Atuam constantemente, em integração com os estados, para ir atrás e impedir que esse tipo de crime aconteça. Porém, isso não é suficiente. É muito importante que se discuta a regulação das redes. A internet não é um território sem lei. É necessário que se crie uma regulação que impeça que esse tipo de desafio — e outros tipos de informações que levam à violência e colocam em risco a vida de crianças e adolescentes — possa circular livremente pela internet, sem que as grandes empresas tenham algum tipo de responsabilidade.

**Isso entraria no Marco Civil da Internet ou seria necessário criar outro instrumento?**

O Marco é a base inicial. Deu as balizas para que a gente pudesse regular a internet no país,

Bruna Gaston/Esp.CB/DA Press



mas nunca se colocou como uma proposta que fosse esgotar o tema. A internet evoluiu muito do Marco até hoje, então é muito importante que tenhamos normas específicas sobre que tipo de conteúdo pode circular nas redes. É importante que a gente tenha um limite claro sobre liberdade de expressão — que não chega ao ponto em que põe a vida em risco e incentive a prática de crimes. Há várias propostas em discussão no Congresso, mas há um debate, também, no âmbito do governo federal, para que a gente tenha uma proposta que estabeleça esses limites.

**O governo entrará em uma grande batalha, a partir da semana que vem, com a entrega da PEC da Segurança Pública ao Congresso. Sobre o que se trata essa PEC, na prática?**

Acho que não será uma grande batalha, mas, sim, uma grande concertação. A reforma da segurança pública é um tema muito esperado pela sociedade e a PEC atende esse anseio da população. O ministro Ricardo Lewandowski teve um cuidado muito grande na construção do texto. O Brasil precisa ter um sistema único de segurança pública constitucionalizado. O crime organizado se modernizou: é nacional, transnacional e

atua de forma articulada. É inconcebível que a gente siga fazendo esse enfrentamento sem integração, sem acesso a informações e sem políticas públicas devidamente articuladas.

**Alguns governadores não estão tão otimistas. Como você responde às críticas?**

Os governadores são nossos grandes aliados. Também queremos avançar para ampliar os recursos necessários para o desenvolvimento de políticas de segurança pública. Em relação às competências, esse é um ponto importante: o ministro Lewandowski foi cuidadoso ao colocar um

dispositivo que prevê, expressamente, que a PEC não terá impacto sobre o poder dos governadores no comando das polícias.

**O que se espera a partir da integração das polícias?**

A integração de dados. Não há como falar em enfrentamento com inteligência ao crime organizado se não temos acesso a dados. Para isso, é muito importante que estados e a União joguem no mesmo tabuleiro, que tenhamos acesso aos mesmos sistemas e que possamos ter informação.

**As organizações criminosas são o principal problema da segurança pública?**

Esse é um dos maiores problemas do país, não apenas pelo crime, mas em razão da situação de domínio de territórios que muitos estados vêm enfrentando e da força que essas organizações vêm ganhando. O domínio de território é um problema muito grave. Se a gente conseguir criar barreiras para reduzir o ganho dessas organizações, seria o primeiro passo para que a gente consiga desmontá-las.

\*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi